



A GENEALOGIA DO PODER NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Sarah da Silva Corrêa Lima

Marcelo Victor da Rosa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: Michel Foucault teve uma extensa produção acadêmica ao longo de sua vida. A análise e crítica sobre a genealogia Nietzscheana, permitiu a Foucault a sistematização de sua própria genealogia, com o delineamento do seu método histórico de análise das relações e práticas de poder – a Genealogia do Poder. A partir do exposto deu-se a seguinte problemática: *Como se dá a Genealogia do Poder dentro da Instituição Escolar?* Com o seguinte objetivo: Analisar como os artigos, dissertações, teses e textos publicados na internet explanam a relação do operador metodológico ‘Genealogia do Poder’, de Michel Foucault, dentro das instituições escolares. Como procedimento metodológico, utilizou-se a revisão de literatura e a análise descritiva. Os estudos mostraram que a escola ainda é um local de a pressão e coerção de macro e micropoderes de disciplinamento, onde as iniciativas de resistências têm se manifestado pouco, por parte de todos que a compõem, em um movimento de hierarquização de saber e poder que se mostram constantes no dia-a-dia da instituição, como forma de manutenção do poder econômico.

Palavras-chave: Genealogia do poder. Instituição. Escola.

Introdução

Prado Filho (2017) aborda como Michel Foucault teve uma extensa produção acadêmica ao longo de sua vida. Muitas dessas produções foram pautadas em análises feitas pelo autor, acerca das obras de Nietzsche e de como a genealogia era estruturada por ele, através das críticas dos termos *Ursprung* (a busca pela Essência/ Origem das coisas), *Entstehung* (Emergência) e *Herkunft* (Proveniência) e como cada um deles poderia ou deveria ser observado de modo diferente como apresentados até então.

Esse movimento de análise e crítica sobre a genealogia Nietzscheana, permitiu a Foucault a sistematização de sua própria genealogia, de maneira espaçada, com períodos, marcos dentro de sua própria produção.

Por exemplo, na década de 1960, com o delineamento do seu método histórico de análise do discurso – a Arqueologia do Saber, o qual compreende o discurso como prática política, cheio de representações, sentidos e significados –, perpassando pela década de 1970,



quando ele sistematiza o método histórico de análise das relações e práticas de poder – a Genealogia do Poder, que problematiza os biopoderes através da disciplina, da biopolítica, dos dispositivos, etc –, até às décadas de 1980, onde ele se dedica a delinear um método de análise das subjetivações – a Genealogia da ética, que pauta as relações do sujeito consigo mesmo através da ‘ética’, o governo de si mesmo e dos outros através das práticas de poder (PRADO FILHO, 2017).

A partir do exposto deu-se a seguinte problemática: Como se dá a Genealogia do Poder dentro da Instituição Escolar?

Nesta perspectiva, trago o seguinte objetivo: analisar como os artigos, dissertações, teses e textos publicados na internet explanam a relação do operador metodológico ‘Genealogia do Poder’, de Michel Foucault, dentro das instituições escolares.

Para tal estudo elencou-se os tópicos: **a geologia do poder**, no qual é abordado o processo de concepção do método histórico de análise das relações de poder por Michel Foucault, ‘Genealogia do Poder; **aspectos metodológicos**, que diz respeito sobre os procedimentos metodológicos adotados para a formulação desse estudo, como caracterização do estudo, instrumento e coleta de dados, etc; **a genealogia do poder na instituição escolar**, onde aponto brevemente as considerações de Foucault sobre a escola em correlação com outros autores da Educação, como Saviani e Libâneo; 4.1 O que mostram os Estudos, que versa sobre a análise dos dados encontrados, e; **considerações finais**, onde abordo minhas considerações finais sobre o estudo como um todo.

Vale ressaltar que este artigo é fruto da disciplina “Tópicos Especiais em Estudos Culturais – Culturas Políticas, Sistemas de Poder e Diferença na Contemporaneidade” do curso de mestrado em Estudos Culturais do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da qual participei como aluna especial. Deste modo, este estudo traz o aporte de alguns autores que tiveram seus textos estudados e debatidos na referida disciplina.

A genealogia do poder em Michel Foucault

Prado Filho (2017) busca analisar a genealogia do poder trazida no livro ‘Vigiar e Punir’ de Michel Foucault, que implicam na produção de corpos dóceis e úteis através da



disciplina e da vigilância de técnicas de exames e aplicação do poder da norma como prática de regulação das condutas individuais.

Para Martucci (2018), às técnicas de disciplinação não produzem apenas corpos, mas também subjetividades em corpos individualizados e identificados. O autor ainda aborda que a produção de indivíduos e individualidades é algo da sociedade moderna, de modo que enuncia privilégios e regula limites ao exercício da e para a individualidade.

Prado Filho (2017) informa que a sociedade ocidental desenvolveu tecnologias de produção de indivíduos através das práticas de anátomo-políticas (século XVII), práticas de vigilância e aplicações de poder da norma (século XVIII), desenvolvimento de tecnologias de governo de conduta (século XIX) e formação de saberes e técnicas psicológicas de normalização de intervenção sobre a subjetividade (século XX).

Tudo isso se dá pela criação da individualidade dos corpos, juntamente com o acionamento de jogos de identificação (ambos marcam a criação do 'indivíduo'); além da aplicação de técnicas de exame que fazem com que nós nos comparemos e disputemos certos espaços e lugares; bem como a aplicação de poder da norma, incluindo ou excluindo, patologizando e corrigindo desvios, normalizando e regulando suas condutas individuais (PRADO FILHO, 2017; MARTUCCI, 2018).

Ou seja, as práticas de articulação tecnológicas para a produção de indivíduos, propiciam o processo de individualização, comparação, identificação e normalização dos indivíduos, com ação articulada de dispositivos de produção de corpos, além de identificação de indivíduos, atuando em solidariedade com esses dispositivos de normalização e regulação de suas condutas, que os deixam submissos e com sujeição (MARTUCCI, 2018).

Para Prado Filho (2017),

O que está em questão aqui são diferentes conceitos e diferentes práticas concretas de poder: uma perspectiva microfísica, que trata relações de poder como investimentos na vida e nos corpos, em sua multiplicidade, heterogeneidade e capilaridade, formando redes acêntricas, produzindo sujeitos, normalizando e regulando suas condutas, em contraposição a uma abordagem centrada num tipo de exercício de poder verticalizado, opressivo, restritivo, formalista e legalista, que se cristaliza em formas institucionais, emana do Estado e se apresenta como exploração ou dominação de massas.



O autor ainda aborda que a analítica do poder – trazida por Foucault (1988) em ‘*A Vontade do Saber*’ – deve ser entendido como o “[...] conjunto flexível de prescrições de prudência a serem empregadas na análise de relações de poder”, e não como teoria do poder ou método sistemático de análise do poder, e deve ser usada de forma estratégica e singular a objetos diversos que buscam visibilidade em um campo de forças em luta, como: a sexualidade, a criminalidade, a loucura, a normalização das condutas individuais, entre outras (PRADO FILHO, 2017, p. 318).

Sendo assim, para Foucault, o poder não se trata de negar a existência do Estado e das instituições, mas da aplicação de uma perspectiva que busca entender as relações microfísicas que se formam nos jogos estratégicos, nas pequenas sujeições, no movimento de campo de forças (SANTOS, 2011).

E ainda reforça

É nesse campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. Com isso será possível escapar ao sistema Soberano-lei que por muito tempo fascinou o pensamento político. E se é verdade que Maquiavel foi um dos poucos – e nisso estava certamente o escândalo do seu “cinismo” – a pensar o poder do Príncipe em termos de correlações de força, talvez seja necessário dar um passo a mais, deixar de lado a personagem do Príncipe e decifrar os mecanismos de poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força (FOUCAULT, 1988, p. 92).

Aspectos metodológicos

Este estudo é de cunho bibliográfico, descrita por Gil (2010) como a revisão de material escrito já publicado – livro, artigos, periódicos, anais, textos, etc. –, a coleta de dados se deu pela ferramenta de pesquisa *Google Acadêmico* utilizando o uni-termo Genealogia do poder na instituição escolar, tendo como recorte os 10 primeiros artigos, dissertações e teses que aparecessem como resposta de busca da plataforma, dos quais somente 03 se mantiveram por abordar o uni-termo de pesquisa no resumo e, conseqüentemente, no corpo do trabalho, discutindo-os em relação direta com a instituição escolar. Frente ao exposto, damos início às análises e discussões dos textos encontrados.

A genealogia do poder na instituição escolar

No que diz respeito à escola, para Foucault (2012, p. 142),



A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema educacional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso da que estão esperando). Determinados lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia de tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.

Através dessa passagem, podemos compreender que Foucault (2012) está citando a motivação da criação da Escola, como ela é hoje, que vão além do objetivo de ensinar. Ela torna-se o espaço de hierarquização, de vigilância, de controle do comportamento dos sujeitos, principalmente dos alunos, dentro e fora da escola, ao modo que ‘chama’ a responsabilidade para os pais de também controlar seus filhos para a sociedade, durante a vida cotidiana.

Deste modo, podemos retomar o que Libâneo (1982, p. 11) aponta sobre o papel social da escola:

A finalidade da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida. Todo ser dispõe dentro de si mesmo de mecanismos de adaptação progressiva ao meio e de uma conseqüente integração dessas formas de adaptação no comportamento. Tal integração se dá por meio de experiências que devem satisfazer, ao mesmo tempo, os interesses do aluno e as exigências sociais.

Faz-se necessário lembrar as funções criadas por Foucault (2012) nas escolas paroquiais de ocupação e vigilância de uns sobre os outros. Essas funções são a do correspondente de materiais, aluno responsável por passar os papéis, as tintas, ler os textos, etc., e o de fiscalizador, aquele aluno responsável por anotar quem estava bagunçando, quem não fez a tarefa, que não levou os livros, etc.

Ou seja, a escola comum pega para si esses hábitos de vigilância e perpetua com severidade a disciplina, o controle dos indivíduos, como forma de ensinar através da punição, ao invés de ensinar a se comportar do que punir. Ou até mesmo de cuidar do que lhe é função, “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 1990, p.11).

Gadelha (2009), explana que, sendo à escola uma instituição de caráter pedagógico-formativa, que visa cotidianamente as ações de condicionamento do corpo, sob a vigilância do



exame e da sanção normalizadora, ela se constitui como um dos lugares que mais veiculam e exercem a normalização da disciplina.

O que mostram os Estudos

Ao analisar a produção dos estudos que abordam a Genealogia do poder na instituição escolar, tendo como recorte os 10 primeiros trabalhos que aparecessem na plataforma de busca, encontrou-se 04 trabalhos que discutiam o operador metodológico escolhido para análise desse estudo em seus títulos, resumos e corpo do trabalho, sendo eles:

Quadro 01 - Estudos encontrados

Nº	TÍTULO DA OBRA	AUTORES	ANO
1)	A produção do Saber/ Poder e os Processos de Disciplinamento na Escola: Revivendo o Pensamento de Michel Foucault	José Geraldo Vasconcelos	1995
2)	Foucault e a Escola: Disciplinar, Examinar, Fabricar	Thelma Maria de Moura	2010
3)	Contribuições de Michel Foucault para a educação escolar	Júlio César Feitosa Santos	2016
4)	Discursos que Estruturam o Poder Simbólico no Espaço Edificado Escolar	Silvia Kimo Costa; Milton da Silva Ferreira Junior	2017

Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro estudo se trata de um artigo fruto de um projeto de pesquisa e extensão entre 'Ética, a Violência e o Poder' em Michel Foucault, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Nesse trabalho, Vasconcelos (1995) aborda que entender a escola como instituição de vivências, disputas de conhecimento e de processos simbólicos, é entender a escola como um lugar de relações de poder, de saber e de violência.

Ou seja, a escola é um espaço no qual as relações de poder se manifestam de forma efetiva entre professores, alunos, diretores e funcionários, onde a ramificação dessas manifestações geram olhares de vigilância, perpetuando códigos e processos normalizadores.

Para o autor, a escola é a caracterização de um tipo específico de poder produtor de saber, que tem por intuito o elemento discursivo que leva a formação dos indivíduos pela repressão, muitas vezes através dos não; de massacre de corpos; que produzem e refletem



mortes, não adiantando esse tipo de prática, visto que o poder é disciplinar e relacional, encontrado em toda parte e espaço, circulando os corpos dos indivíduos conforme o interesse do sistema.

Por fim, enfatiza que as práticas de repressão passaram a ser práticas de poder de sutileza no interior da escola, que produzem indivíduos, criaturas dóceis, adestradas, prontas para cumprirem e corroborarem com a máquina social moderna.

No segundo estudo, MOURA (2010) inicia levantando toda a trajetória da escola, de sua organização espacial - com carteiras uma atrás das outras, até a posição do quadro à frente da sala, centrado na figura do professor- e curricular - com as divisões das matérias e a seriação do que aprender primeiro -, já para uma pré disposição de estruturação do poder no saber.

Para a autora, o quadro tinha uma função de classificar os indivíduos, de modo a reforçar as práticas de função positiva de produção de saberes sobre os indivíduos, onde o poder disciplinar estava investido, formando quadros “vivos”, nos quais os sujeitos eram submetidos de tal forma que seus corpos espremiavam atos dóceis e submissos. Ela também relembra o papel do exame em classificar, hierarquizar, estabelecer comparativos como forma de poder disciplinar para normalização.

Moura (2010) explana como a escola atual não tem o perfil excludente, como muitos afirmam, mas, sim, inclusivo, visto que as práticas de biopolítica, iniciadas à partir do século XIX, buscam assegurar a regulação das práticas disciplinares e não a imposição do poder, a fim de corroborar com os processos de produção ligados ao poder econômico, o qual a escola está voltada como elemento auxiliar. Sendo assim, a exclusão estabelecida pela sociedade ganha a finalidade de excluir numa inclusão normalizadora.

Contudo, apesar desse processo de modificação nos processos disciplinares entre o século XVIII e XIX, o exame ainda está incorporado como um dispositivo normalizador, pois ele é uma tecnologia que busca produzir permanentemente certo tipo de saber nos indivíduos. E a aquisição desse saber transforma-se em processo normalizador que gera um sujeito economicamente eficiente e dócil em sua função social e de trabalho.

Para a autora, a escola se constituiu ao longo do tempo em um espaço que privilegia a formação da subjetividade moderna, ao passo que foi investida como principal agência de socialização, depois da família. Sendo assim, passou a influir mais decisivamente no modo



como a sociedade funciona, bem como incorporou conhecimentos exteriores a ela como forma de se tornar “atrativa” e continuar a operacionalizar a organização e a racionalização do trabalho pedagógico.

Moura (2010) também afirma que a escola é uma das principais instituições responsáveis pela formação de um espaço marginal, corroborando significativamente para o funcionamento do poder disciplinar, já que nesse sistema a função de classificação de inside em algumas práticas “inclassificáveis”.

Ela cita que os marginais têm função positiva no sistema, pois eles são necessários como forma de informe para a população de que uma parcela dela é tolerada, àqueles que estão à margem da sociedade, e que as atividades desenvolvidas por eles não são aceitas socialmente pela maioria da população. Por isso, faz-se necessário o uso do poder da lei para reajustar a submissão da ordem social, mantendo a sociedade organizada e “segura”.

Por fim, a autora retoma que, para pensar a escola, é necessário educar para a modernidade, tendo como exigência fundamental compreender os deslocamentos marginais que esse espaço produz, além de deixar que o pensamento cartesiano se esvaia cada vez mais desse local.

O terceiro trabalho trata-se de um artigo científico em que Santos (2016) tem como objetivo analisar a obra ‘Vigiar e Punir’, de Michel Foucault, em correlação com a escola. Para ele a escola, com seus os modos de disciplina, têm o intuito de produção dos corpos dóceis, corpos que são capazes de serem submetidos, utilizados, transformados ou aperfeiçoados para um interesse, fim determinado, assim como Vasconcelos (1995).

Ou seja, o corpo passa a ser objeto e alvo de poder através da técnica de disciplinação, por diferentes instituições e relações de poder, para torná-lo um corpo útil, resultante de uma ‘anatomia política’. Um desses campos que permite às instituições aplicar e propagar os métodos de disciplina é a Educação, com suas escolas e internatos.

Santos (2016) explana que a aplicação da técnica disciplinar está ligada à distribuição dos indivíduos nos diferentes espaços, para ver como eles se comportam, a fim de serem disciplinados, por exemplo: locais fechados, com espaço limitado, com grades, com muros elevados, etc.



E por fim, questiona o papel da escola em disciplinar o aluno para determinados interesses e não levar em consideração os interesses individuais do aluno para a adequação social.

Já quarto trabalho se trata de um artigo fruto de uma dissertação de mestrado, cujo título é “Dis-cursos arquitetônicos e práticas de ensino e aprendizagem: fundamentação, disciplinamento e subjetividades produzidas”, no qual teve como objetivo avaliar a dimensão que o Poder Simbólico tem se estruturando em instituições escolares por meio de três discursos, a Arquitetura, o Projeto Político Pedagógico e as Práticas de Ensino e à Aprendizagem.

Para essa pesquisa, a pesquisadora escolheu três escolas do Estado da Bahia, todas com tipos de financiamento e localização diferentes entre si, sendo elas: 1) escola de cunho confessional particular - Ilhéus/BA; 2) escola municipal financiada pelo Estado - Itabuna/BA; 3) escola regida por associação de pais e mestres e financiada por ONGs - URUÇUCA/BA.

Costa e Junior (2017) constatou em seu estudo que as escolas particular e municipal, demonstram uma predominância do autoritarismo educacional nos discursos de Práticas de Ensino e Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico, que ocorre por meio das técnicas disciplinares (micro-poder), de vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o exame.

A vigilância hierárquica se dá por meio da setorização e esquadramento dos conteúdos do PPP, além dos dispositivos de coerção. Já a sanção normalizadora, está ligada à normalização das práticas dos indivíduos, que é reforçada através dos exames e provas de qualificação, classificação e da punição.

Quanto ao espaço arquitetônico, sua disposição reforça a reprodução da setorização, com extrema rigidez que não permite adequações dos ambientes internos, assim como as edificações Panópticas do século XIX.

Para Costa e Junior (2017), essas características estruturais dificultam as práticas de ensino e aprendizagem de cunho humanista, abordagens cognitivo-interacionistas e socioculturais - sendo consideradas pelos autores como libertárias -, que visam descentralizar o ensino do professor, tornando o aluno mais ativo e colaborador do conhecimento.

Também é destacado pelos autores que em ambas as instituições - particular e municipal - a pressão e coerção que são exercidas pelos macro e micropoderes de



disciplinamento são maiores do que a contraforça (resistência). Diferindo da escola financiada por ONG.

Na escola dirigida pela associação de Pais e Mestres, a predominância é das abordagens pedagógicas libertárias. Isso se dá por que o Projeto Político Pedagógico da escola não está ordenado na fragmentação das disciplinas, mas, sim, nas áreas do conhecimento, de modo que o saber se torne interdisciplinar e transdisciplinar pela inter-transdisciplinaridade do professor (COSTA; JUNIOR, 2017).

Ou seja, os dispositivos de coerção não estão pautados no PPP, assim como à normalização do indivíduo, pois as individualidades são respeitadas, bem como o tempo de ensino e aprendizagem de cada um. Além disso, o processo de avaliação se dá de modo diferente das instituições apresentadas anteriormente. Não há exame, não como à avaliação normalizadora, que visa classificar, punir ou qualificar. O aluno é avaliado de maneira qualitativa, onde o crescimento intelectual, físico e emocional é que estão em pauta, mas de forma total.

Já o espaço físico também se mostra diferenciado. Cada espaço, sala é um núcleo de “imersão e emersão” aprendizagem para o aluno, onde há conexão entre os espaços por meio de passarelas, não havendo indícios de panoptismo (COSTA; JUNIOR, 2017, p. 132).

Quanto ao discurso dos docentes, o estudo evidenciou que a pressão e coerção exercidas pelos micro e macro poderes de disciplinamento não impedem o movimento de contraforça (resistência). Criando um rompimento na diligência de fragmentação, normalização, hierarquização e de vigilância dos corpos, típicos do processo de disciplinamento.

Por fim, os autores pontuam que a predominância de autoritarismo no ambiente educacional, seja no ensino tradicional ou de educação libertária, é determinada pela prática discursiva dos sujeitos sujeitados por ela. Bem como na Arquitetura, no PPP e nas Práticas de Ensino e Aprendizagem docente, sendo possível analisar como o poder simbólico tem se estruturado nas escolas analisadas.



Considerações Finais

Como pôde ser visto durante o processo de análise do trabalho, os artigos analisados mostraram, em sua maioria, que a escola, mesmo passando por mudanças durante a modernidade - saindo do ensino “clássico” -, ainda é um local de a pressão e coerção de macro e micropoderes de disciplinamento, onde as iniciativas de resistências têm se manifestado pouco, por parte de todos que a compõem, em um movimento de hierarquização de saber e poder que se mostram constantes no dia-a-dia da instituição.

Esse processo de hierarquização está ligado com o papel que a escola tomou para si como instituição de formação e disciplinação de indivíduos, produzindo corpos dóceis e disciplinados com saberes úteis para a manutenção do poder econômico do sistema.

Contudo, a sociedade atual continua em movimento e com modificações em questões tecnológicas e digitais, influenciando diretamente a instituição escolar, seja no seu funcionamento, na relação de espaço (como local de lazer e entretenimento, além do saber científico), que ainda precisa se readequar a essas questões que não comportam mais uma escola parecida com a do início do século XIX. E visto que o papel da escola não é só de disciplinar os alunos através dos conteúdos ditos “clássicos” e modos de se portar, mas também de estabelecer relações com a vida social do aluno, sua realidade. De maneira que o ensino e o aprendizado dos alunos, dentro do âmbito escolar, ganhe significado para ele, seja pertinente, adequado.

Referências

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, S. K.; JUNIOR, M. S. F. Discursos que Estruturam o Poder Simbólico no Espaço Edificado Escolar. **Oculum ens**. Campinas n° 14(1), p. 111-136. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3240>. Acesso em 08 de Dez. de 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Vozes. Petrópolis 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. Loyola. São Paulo, 2006.



MARTUCCI, F. B. **A Genealogia do Exercício do Poder em Michel Foucault: Soberania, disciplina e Biopoder.** UFF, Niterói, 2018. Dissertação.

MOURA, T. M. **Foucault e a Escola: Disciplinar, Examinar, Fabricar.** Goiânia, UFG, 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1985/1/Dissertacao_Thelma_Moura_educacao.pdf. Acesso em 10 de Dez. de 2020.

PRADO FILHO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 311-327, jul-dez, 2017.

SANTOS, F. M. F. A Genealogia do Poder em Michel Foucault. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, v. 2, n. 1, 2011.

SANTOS, J. C. F. Dos. Contribuições de Michel Foucault para a educação escolar. **Rev. EDUCA**, Porto Velho (RO), v.3, n.5, pp. 101 - 112, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/1590>. Acesso em 10 de Dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Cortez editora. São Paulo, 1990.

VASCONCELOS, J. G. A produção do Saber/ Poder e os Processos de Disciplinamento na Escola: Revivendo o Pensamento de Michel Foucault. **Educação em Debate** – Fortaleza – Ano 17/18 – nº 29-30-31 e 32 de 1995 – p. 32-37. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/210>. Acesso em 08 de Dez. de 2020.